

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO VINTE

Ao vigésimo oitavo dia, do mês de Dezembro, do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Ordinária no edifício da Tuna Souselense, em Souselas, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de convocatória emitida a vinte e um de Dezembro de dois mil e dezasseis:

Ponto Um – Período de antes da ordem do dia;

Ponto Dois – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

Ponto Três – Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto Quatro – Apresentação, discussão e votação do plano de Atividades e Orçamento para o ano 2017;

Ponto Cinco - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2017;

Ponto Seis - Apresentação, discussão e votação do Regulamento de Taxas e Licenças para o ano 2017;

Ponto Sete – Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença de oito dos nove membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro, Henrique Fernando Simões Farelo, Florentino Alcides da Graça Vieira, João Oliveira Torres Parda, Fernando Lopes Morais e Sara Laranjeira Ferreira Lindo, e com falta justificada de Maria Regina Oliveira.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares, Secretário Sérgio da Costa Madeira e Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, cumprimentando todos os presentes, dando um agradecimento especial à Tuna Souselense por nos ter recebido. Passa de imediato para a leitura da ordem de trabalhos constante da convocatória, e informa que quanto à documentação que foi enviada, remeteu o plano de Atividades e Orçamento para o ano 2017, e que não foi remetido o Mapa de Pessoal para o ano 2017 e o Regulamento de Taxas e Licenças para o ano 2017, que foram entretanto distribuídos, e que crê não terem sofrido alterações, mas que se houverem, serão explicadas.

Inicia-se o Ponto Um, tendo a palavra, Henrique Farelo, que apresenta uma Moção da USB, relativa à União das duas Freguesias e que passa à sua leitura, e que será anexada a esta Ata.

João Parda pede a palavra começando por cumprimentar todos os presentes, desejando-lhes votos de felicidade para o ano de 2017, felicitando também a Tuna Souselense pelo trabalho meritório que têm desenvolvido, e o Presidente atual pelo esforço que ultimamente tem tido. Passa então, a dizer que sobre esta moção, esta Assembleia se pronunciou no momento certo, sobre a desagregação das Freguesias, em forma de uma moção apresentada pela CDU, que recolheu a maioria dos votos dos Membros desta Assembleia, sendo esta moção, uma moção contrária a essa deliberação, que no fundo é estar a repetir uma votação que já se exerceu em Sede de Assembleia de Freguesia, e informa que foi constituída uma Comissão ou Unidade Técnica que está a estudar esta questão da desagregação das Freguesias, tendo sido remetido às Juntas de Freguesia, um questionário por escrito, e refere que a resposta a este questionário, não pode ser contrária ao que foi deliberado em Assembleia de Freguesia, que deliberou sobre a desagregação. Informa também, que no dia cinco de Dezembro houve uma audiência pública, também em Sede de Assembleia da República, sendo facto que foi enviada esta informação para todas as Freguesias, tanto para o Presidente de Junta, como para a Presidente da Assembleia, dando nota dessa questão, para as pessoas que se pretendiam inscrever e ser ouvidas em Sede de Comissão, na Assembleia da República, e informa que enquanto eleito e tendo tido conhecimento disso, se inscreveu, mas que até hoje ainda não teve resposta, sendo um assunto a resolver com o Presidente da Comissão da Assembleia da República. E face à deliberação já tomada e com todo o respeito democrático pelo documento apresentado pelo Farelo, e por todas as pessoas que trabalharam no documento, diz que na democracia há deliberações e que foi deliberado, tendo esta deliberação que ser respeitada, até porque a deliberação incluía o envio da moção votada, para os órgãos de soberania, e desta forma, diz que nem votará a moção apresentada hoje, por ter a sua oposição e porque não faz sentido estarmos a provar algo em sentido contrário. Após esta exposição, e por outras razões, dirige-se à Presidente da Assembleia, que lhe diz que como sabe, lhe enviou a ordem

de trabalhos, onde constava a aprovação de um conjunto de documentos, e exceto o Orçamento que foi enviado a horas e de forma correta, todos os outros não foram enviados e foram agora apresentados, também não tendo sido apresentadas as Atas em apreço, e sendo certo de que esta Assembleia se tem que debruçar sobre a aprovação de documentos, que têm que previamente ser aprovados em reunião de Executivo, e como nós desconhecemos se esses documentos foram aprovados com o Executivo completo, informa que caso contrário, manifestam a sua oposição, retirando-se da Assembleia. Elsa Ferreira pergunta a João Pardal se terminou e após a sua confirmação, diz que tem duas ou três questões que pretende esclarecer. Começando pela apresentação da moção de hoje, diz que não concorda quando diz que vamos deliberar em contrário, porque a moção está apresentada e parece-lhe que se passarmos à votação, o resultado será exatamente igual ao resultado da moção apresentada no passado, a não ser que alguém tenha mudado de opinião, e portanto, não estaremos a deliberar em contrário. João Pardal intervém e diz que nem cá estão os mesmos Elementos, ao qual Elsa Ferreira responde que esse é um assunto que nos transcende, e que não está cá a Regina, com falta justificada. João Pardal diz que acha que na outra votação, até estava outro Elemento por parte do PS. A Presidente contrapõe, dizendo que a moção é apresentada nesta Assembleia, e que em Ata já ficou registado o resultado da votação da moção apresentada anteriormente, mas não estão escritos os fundamentos. E com esta moção, pretende-se apenas que fique registado e bem claros, os fundamentos do Movimento Independente, para a votação que foi feita. Refere também, que ao votar, não vai mudar de posição em relação a este assunto. Além disso, aquando da apresentação da moção pela CDU ficou registado em Ata, quem esteve presente e quem votou nessa Assembleia, bem como ficará o registo, nesta. E portanto, o Movimento Independente tem todo o direito que fique registado em Ata, os fundamentos da sua votação. João Pardal diz que as moções são distintas e que não vale a pena estar a dizer que são idênticas. Elsa Ferreira diz que para ela, Democracia é cada grupo que aqui está poder apresentar uma moção e ela poder ser votada, até podendo ser a mesma moção, mas com fundamentos diferentes. Fernando Morais pergunta qual a intenção de apresentar esta moção, se o resultado final vai ser igual. Elsa Ferreira responde que queremos mostrar os nossos fundamentos, porque estamos em posições opostas. Lembra que na altura votou contra a desagregação e que explicou o seu voto na altura, mas que não ficou escrito, e por isso queremos levar os nossos fundamentos à Assembleia. João Pardal diz que a Presidente tem o direito à sua opinião, bem como ele tem direito à sua. Leónia Forte intervém e diz que exatamente por isso é que temos também esse direito. Elsa Ferreira volta a referir, que Democracia é isto; é podermos votar coisas distintas e não ter medo de votar. Miguel Monteiro intervém e diz que é votar coisas distintas ou contrárias. Elsa Ferreira passa para outra questão dizendo que João Pardal havia referido um questionário que foi enviado às Juntas de Freguesia, e que ou não percebeu bem, ou então há aqui alguma coisa que não bate certo, pois disse que a resposta da Junta de Freguesia não pode ser contrária àquilo que foi deliberado, questionando João Pardal sobre isto, e ao qual este responde que sim. Elsa Ferreira questiona, supondo que se esta Junta de Freguesia é a favor da agregação, que é, e aquilo que foi votado foi a favor da desagregação, como é que a resposta da Junta pode ser a favor da desagregação. João Pardal responde que tem que respeitar a deliberação da Assembleia e Elsa Ferreira responde que não tem nada. João Pardal pergunta à Presidente para que servem então as Assembleias. Elsa Ferreira responde que estamos a falar de uma moção, e uma moção é a vontade daquele grupo. João Pardal diz que têm opiniões distintas, com o qual a Presidente concorda, e diz que para além daquilo que são as nossas opiniões, há coisas que não podemos divergir, sendo esta uma delas. Pois a moção apresentada antes tem os fundamentos e opinião da CDU e foi votada, tendo a Coligação por Coimbra também todo o direito de apresentar os seus fundamentos através de uma moção, para nós votarmos, e tendo todos a liberdade de votarmos como quisermos e de pensarmos o que quisermos, pois uma moção é a vontade expressa de cada grupo. Elsa Ferreira diz também, que na Assembleia votou-se a favor da desagregação, mas que isso não dita que se vai desagregar, assim como não dita que se a Junta de Freguesia é a favor da agregação, vá responder contra ela. Quanto à questão sobre o orçamento, Elsa Ferreira diz que em relação aos documentos e pontos de ordem que já lá vamos, e tanto o que percebeu, João Pardal necessita de saber antes quem é que aprovou o orçamento, e que isso é uma questão fácil de esclarecer, bastando perguntar ao Executivo. Mas, antes disso, retoma a apresentação da moção e questiona se mais alguém tem alguma coisa a dizer sobre este assunto, que não havendo, passa à sua votação. Rui Soares diz que antes pretende falar sobre a moção, e João Pardal continua a insistir para que as suas questões sejam respondidas, dizendo que se não o forem, que se fecha já este assunto, ao qual Elsa Ferreira responde de novo que já lá vamos. A Presidente passa então a palavra a Rui Soares, que cumprimenta todos os presentes, agradece à Tuna a disponibilização da sala, dando também os parabéns à Direção da Tuna pelo trabalho que têm feito, naturalmente em conjunto com o Executivo da Junta da União de Freguesias de

Souselas e Botão, o que foi esquecido de dizer antes, sendo esta uma obra pensada já desde que tomou posse, e em que na altura o Presidente da Tuna havia demonstrado a necessidade extrema de arranjar o telhado. Diz que se pediu ajuda várias vezes à Câmara, não estando a conseguir uma resposta, mas que nesta altura só o foi possível através de muita confiança e de muita seriedade de parte a parte, para se conseguir fazer este trabalho, estando a Junta sempre disponível para continuar a ajudar a Tuna tal como qualquer outra Coletividade. Não se querendo alongar muito, passa a falar da moção, e diz que o trabalho de unir as Freguesias tem sido interessantíssimo, não estando a ser uma tarefa fácil, por haver sempre gente a tentar pôr o pau na roda, contradizendo aquilo que é evidente, e estando as Coletividades de um lado e do outro estão unidas, fazendo parcerias e estando tudo a funcionar muito bem. Dá o exemplo da Tuna, que em tempos se disponibilizou para ir dar aulas de música à Mata de S. Pedro, e diz que na sua opinião, temos todos a ganhar com esta União de Freguesias. Informa que estamos a 500 eleitores de subir de patamar, sendo neste momento a maior Freguesia do Concelho de Coimbra em termos de área, sendo também uma Freguesia com opinião própria, pois somos a única Freguesia Independente, com assento na Assembleia Municipal de Coimbra, estando por estes motivos, a ganhar continuando com esta agregação. Nomeadamente, as pessoas que estavam mais céticas em relação a esta agregação, que seriam as pessoas da extinta Freguesia de Botão, estão neste momento, salvando algumas exceções, conformadas e já perceberam que continuando a ter um Executivo a trabalhar como este até agora, sentem-se perfeitamente integradas e numa só Freguesia, e conclui por isso, dizendo que, e apelando ao bom senso dos Membros da Mesa, faz todo o sentido aprovarmos esta moção por unanimidade. Diz também, que foi apresentado um símbolo para a União das Freguesias, que reconhece que não era o que mais gostava, até porque nem foi essa a proposta enviada inicialmente para a Comissão de Heráldica, e como perceberam, nós não viemos para aqui orquestrados, falando especificamente da coligação que se tem no Executivo com o PS e dos Membros da USB, porque até estes votaram contra o símbolo por não se terem identificado com ele, sendo isto liberdade de expressão, podendo cada um votar consoante a sua opinião e não andando aqui com toques.

Miguel Monteiro pede também a palavra, começando por dizer que representa o Partido Socialista e que toda a gente sabe qual a opinião deste Partido em relação às Freguesias, pois ainda consideram que Coimbra ainda tem 31 Freguesias, não sendo esta a sua opinião pessoal. E neste caso específico e conhecendo a realidade, será mais benéfico e principalmente para a Ex Freguesia de Botão, que haja agregação, tendo assim muito mais força e pressão. Conclui, dizendo que defende a sua terra e essencialmente Botão, porque nos 12 anos anteriores de governação do PSD, esta Freguesia foi completamente esquecida pela Câmara de Coimbra, não tendo isto acontecido se estivesse agregada a Souselas.

Elsa Ferreira passa então à votação, e João Pardal diz que a Coligação por Coimbra não vota, sendo o resultado da votação, um voto contra de Sara Lindo e 5 votos a favor dos restantes Membros.

Não havendo mais nada a tratar sobre o Ponto Um, a Presidente passa ao Ponto Dois, e diz que as Atas não foram de facto enviadas, como habitualmente costumam ser, havendo no entanto a justificação de não estarem terminadas por motivo de doença, e que ainda continua, da Secretária, e diz que não diz isto com facilidade porque a Leónia passou e ainda está a passar um período difícil. E respondendo a João Pardal, uma das coisas a que sempre apelou, foi que as Atas fossem sempre enviadas atempadamente, para não estarmos a perder esse tempo em Assembleia. Elsa Ferreira diz que falta terminar uma Ata e fazer outra, e João Pardal intervém dizendo que está justificado e que falta ainda uma outra mais antiga, ao qual Elsa Ferreira responde que essa talvez terá que ser tratada de outra forma, e Florentino Vieira explica que a tinha gravada no lpad, que entretanto foi partido pelo filho, não conseguindo recuperar o conteúdo, mas que tem os apontamentos escritos, e que só tem que os encontrar. Elsa Ferreira apela ao anterior Secretário para que a Ata seja feita, porque a não ser feita num curto espaço de tempo, terá que atuar de outra forma. Leónia Forte pede a palavra e pede desculpa aos Membros da Mesa, por as Atas não estarem ainda feitas, e diz que sendo uma pessoa que gosta de cumprir aquilo a que se propõe, efetivamente desta vez não conseguiu.

Elsa Ferreira diz que de acordo com o que já falou com Leónia Forte, muito possivelmente se irá marcar uma Assembleia Extraordinária só para Atas, passando de seguida ao Ponto Três (Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro).

Rui Soares começa por falar dos documentos enviados, e que tem em sua posse de momento os originais, onde podem verificar as assinaturas, e quede facto foram deliberados em reunião de Executivo. Elsa Ferreira responde que esta questão é referente ao ponto seguinte, ao qual Rui Soares responde que era só

para responder a João Pardal, para que não abandonem a Assembleia. Continua então, e informa que tem havido sempre uma interação com as Coletividades, e que já perceberam também, apesar da tentativa de boicote em relação ao Espaço Cultural, que fez contrato com o Dr. Parente, passados dois dias, estando a obra a avançar, para que daqui a uns meses, e irão fazer de tudo para que este espaço seja comprado para a União de Freguesias de Souselas e Botão. Informa que foi realizada a Feira Antiga que foi um sucesso e que alguns Membros que não foram, não sabem o que perderam, e que se deu início à obra dos passeios do INEDS, tendo a noção de que não se conseguirá concluir este ano, apesar de estar quase pronta, mostrando-se desagradado pois desta forma irá elevar o Orçamento do próximo ano. Fala também da ajuda dada à Tuna nesta obra, estando constantemente a interagir, pois ainda há pouco tempo cederam mais uns 50 metros de mosaico para terminar a sala lá atrás, e ainda no âmbito da outra obra, conseguiram com a mão-de-obra do pessoal da Junta, colocar os mosaicos na outra sala. Refere que têm ajudado as Coletividades, nomeadamente a Zouparria que parecia que não morava lá ninguém e agora está cheia de vida, e agradece-lhes, dizendo que têm sido fantásticos, e que isto mostra que quando as pessoas querem, as coisas acontecem. Informa que finalmente se resolveu a dívida da ADS à Fonsofil, e que acompanharam a obra do alcatroamento, que foi uma obra da Câmara, solicitada por nós logo no início do mandato, que seria para alcatroar uma série de vias, e corrigirem o traçado, mas que interromperam o alcatroamento na zona mais perigosa, desde Souselas até ao entroncamento do Outeiro, e não tendo percebido porquê, já manifestaram a quem de direito a sua indignação. Informa também que se fez a publicação aquando da Feira Antiga, do Livro Interpretativo do Foral Manuelino, lançou-se o primeiro Jornal da Freguesia, e que têm estado sempre na luta pelo INEDS, que ainda bem que é uma Instituição Pública com gestão privada, pois com as coisas que lá estão construídas, se fosse mesmo Pública, teriam custado dez vezes mais, e que se calhar o dinheiro teria isso para o Panamá, e não teria sido gasto lá. Diz que é de salientar, embora já se tenha dito aqui, que foi apresentada uma Moção conjunta à Câmara Municipal de Coimbra e que os colegas de Junta de Brasfemes e Torre de Vilela e Trouxemil têm estado sempre connosco, inclusive nas reuniões do Instituto Educativo, pois este é um problema da zona Norte de Coimbra, e que estranhamente a Moção aqui foi aprovada por unanimidade e lá foi aprovada por toda a gente, exceto pela CDU, que votaram contra.

Elsa Ferreira pergunta se alguém pretende colocar alguma questão, e Sara Lindo pede palavra, dizendo que relativamente à Moção apresentada à CMC, devem ter conhecimento de que deve ter sido falado a nível geral de todas as escolas do País, e portanto a CDU é contra as escolas privadas, onde não existem escolas públicas, e sendo o caso de Souselas um caso específico, foi aprovada aqui na totalidade, e a CDU, na CMC, votou contra uma Moção a nível Nacional, não tendo sido contra Souselas. Rui Soares responde, dizendo que não, porque a Moção que foi apresentada foi específica do INEDS, e que até pode dizer, que lhes disse lá que se são contra a escola privada, que comprem a escola, e que os filhos andaram lá e nunca pagou um cêntimo, sendo por isso, para ele, uma escola pública. Mas a continuar neste ritmo de cortarem os subsídios, a escola está em risco de fechar, e daqui a dois anos já não teremos escola, ficando ali um mono, sendo uma pena, porque seguramente é a melhor escola de Coimbra, pelas suas infra-estruturas. Além de que, o seu fecho vai afetar a Economia local, pois felizmente há várias empresas que vieram para cá, tendo Souselas onze estabelecimentos comerciais abertos, e eles não se governam com as pessoas de cá, mas sim com as pessoas que passam, que vêm, que vão e que voltam.

Elsa Ferreira diz que estamos todos a favor do INEDS, e Sara Lindo volta a dizer que crê que a CDU quando votou foi a nível geral e não neste caso específico. Elsa Ferreira responde que não, porque a Moção apresentada foi mesmo específica para o INEDS e passa desta forma ao Ponto Quatro (Apresentação, discussão e votação do plano de Atividades e Orçamento para o ano 2017), dizendo que vamos tentar esclarecer a questão colocada à Mesa pelo Dr. João, que pretende saber se há aprovação do Orçamento e se o Executivo participou na votação, no seu todo. Elsa Ferreira responde que temos o Orçamento assinado e uma Ata, e Rui Soares responde à questão, lendo a Ata do Executivo nº 26, e aquando o início de leitura da mesma, João Pardal diz que não precisa que leia a Ata, mas sim que lhe respondam. Elsa Ferreira responde que se o Presidente escolheu responder desta forma, temos que respeitar, e Rui Soares continua a leitura da Ata. Finda a leitura da Ata, João Pardal pede a palavra e diz que na última Assembleia, podendo incorrer em algum erro, a Presidente havia dito que a situação do Executivo tinha que ser resolvida e que o Secretário tinha que ser integrado, ao qual Elsa Ferreira responde que não disse que tinha que ser integrado, e João Pardal continua então dizendo que continuamos na mesma situação, em que o Secretário continua a não participar nas reuniões e deliberações do Executivo, e questiona se o Secretário foi convocado ou não. Além disso, diz que há uma série de documentos que vêm à Assembleia que carecem da análise do Executivo no seu todo, e ou o Secretário tem uma justificação para não estar presente, ou então não sabia da ocorrência da reunião. Elsa Ferreira diz que agora é ela quem vai intervir, e João Pardal diz que

não quer e nem vai entrar aqui em polémica e discussões, querendo só resposta para a pergunta clara que fez. Elsa Ferreira responde que não vamos entrar em polémica, e refere que a esfera do Executivo é uma, e a esfera da Assembleia é outra, e portanto o que nós temos para analisar aqui é um Orçamento que está aprovado por dois Membros do Executivo, e por isso aprovado por maioria, e não há nada na Lei acerca da anulabilidade dos atos, que diga que este tipo de decisões possa ser anulável. Refere ainda, que aquilo que se está a passar no Executivo, que todos sabemos o que é, e na última Assembleia até apelámos para que as coisas fossem resolvidas, mas continua a dizer que tem que ser resolvidas em Sede de Executivo e não em Sede de Assembleia, e por isso, nós hoje não vamos voltar a essa questão de certeza, e o que podemos fazer enquanto Assembleia, é apelar a que o Executivo se entenda como bem entender. Além disso, nós Assembleia só podemos agir, se tivermos alguma comunicação do Executivo para agir, comunicação essa, que não tem, e tendo um documento aprovado e uma Ata, é sobre esse mesmo documento que nos vamos debruçar e não sobre o problema do Executivo. E se pretendem trazer de novo este assunto para a Assembleia, Elsa Ferreira diz que hoje não o vai discutir, porque embora já tenha apelado, não é ninguém para o resolver, e sendo assim, vamos passar para a análise do documento em causa e vamos votá-lo, porque é assim que a Assembleia tem que agir. Sérgio Madeira pede a palavra por se terem referido a ele, e Rui Soares diz que não pode intervir. Miguel Monteiro intervém e diz que perante a Lei, a voz do Executivo é a do Presidente. Elsa Ferreira responde que ela concede, e Miguel Monteiro responde que isso então não pode ficar escrito em Ata. Sérgio Madeira diz que foi referida a ausência do Secretário, mas que o Secretário nem sequer foi convocado, daí a sua ausência. Leónia Forte pede a palavra e diz que segundo o seu conhecimento e de todos os Membros da Assembleia, existe uma Ata do Executivo onde foi mencionado quando é que seriam as reuniões do Executivo, e questiona Rui Soares quando é que seriam. Rui Soares responde que seriam todas as segundas-feiras depois do expediente, portanto depois das nove, fazendo as Atas de quinze em quinze dias, o que foi deliberado pelos três Membros do Executivo, sendo aquela Ata uma Convocatória única para o resto de todo o Mandato. Elsa Ferreira diz que existe uma Ata que diz quando é que são as reuniões, mas que não menciona a hora, e depois da última Assembleia, como é lógico não se ficou só pelo apelo, tendo neste momento um Presidente de Junta que lhe diz que através daquela Ata, o Secretário tem que se considerar automaticamente convocado, apesar de não apresentar hora. E que se nós formos ver o histórico das Atas desde o início, as Atas aconteciam sempre nos dias de atendimento, à segunda-feira, de quinze em quinze dias, depois do atendimento, e portanto face a isto e encerrando o assunto por aqui, diz que tem um Secretário que continua a bater na tecla de que não está convocado porque falta a hora, e tem um Presidente de Junta que diz que através daquela Ata a convocatória está automaticamente feita, dizendo também que o Secretário que fez aquela Ata e que redige todas as Atas, sabe perfeitamente qual era a hora, só que não está redigido em Ata. E a partir do momento em que tem aqui divergências desta ordem, Elsa Ferreira volta a referir que isto é um assunto de Executivo e não de Assembleia, e só voltará para o nosso âmbito, quando tiver um pedido expresso de um dos Membros do Executivo, para que a Assembleia de alguma forma resolva. Refere também que assuntos desta ordem, não é a Assembleia que resolve, mas sim o Tribunal Administrativo. Sérgio Madeira, apesar de Elsa Ferreira lhe dizer que não lhe dá a palavra, diz que teve o cuidado de enviar um e-mail a perguntar a que horas são as reuniões de Executivo ao qual ainda não teve resposta, e que não é verdade que as Atas eram feitas só de quinze em quinze dias, pois eram feitas conforme os assuntos que eram tratados e que tinham que ficar escritos em Ata, e que se vir as Atas, vê eu não tem hora certa, podendo ser às nove, às dez, ou às onze. Elsa Ferreira diz que gostaria muito de ajudar a resolver este assunto mas que não tem competência para tal e nem tem que ter. Olga Monteiro pede a palavra e pergunta se o Sr. Sérgio ainda está a receber da Junta, ao qual se responde que sim, e Olga completa, dizendo que está a receber mas que não vai lá, e que o Zé Povinho está a pagar, e se fosse á Junta já sabia quando é que eram as reuniões. Sérgio Madeira dirige-se a Olga Monteiro dizendo que não deve estar por dentro de todos os assuntos. Olga responde, dizendo que o nosso dinheiro está a ser gasto indevidamente e que era só isto que tinha a dizer. Sérgio Madeira, pergunta porquê, e Olga Monteiro responde que é por ele faltar. Sérgio Madeira intervém de novo, e Elsa Ferreira diz-lhe que não há diálogo e pergunta se podemos passar então à análise do documento. Rui Soares intervém, e diz que nas informações se esquecem de uma situação importantíssima e que pode por em causa o bom nome da União das Freguesias pedindo autorização para falar disso agora. Após autorização dada, o Presidente começa por dizer que há um tempo atrás, e porque houve muita coisa, tendo até dito num discurso que neste momento as intrigas morrem no seu gabinete, e por causa deste cheque que foi passado à ADS, no valor de três mil quatrocentos e poucos euros, que demorou a ser passado à Fonsofil, diz que uma coisa é não se saber que o assunto está a ser tratado ou que já foi tratado, e outra coisa é se saber que o cheque já tinha sido passado e ainda não tinha sido entregue. Desta forma, averiguou com o vice-

Presidente da ADS, o Jorge, que lhe diz que se calhar iam ter problemas, porque alguém lhe tinha dito que isto ainda ia dar tribunal, ao qual Rui Soares lhe responde que alguém tem um nome, e ele então respondeu que tinha sido o Sr. Fausto Raposo, mais propriamente o Sr. Fausto Rodrigues. Posto isto, Rui Soares liga ao Sr. Fausto Rodrigues a perguntar o que é que se passa com o cheque e porque é que tem que andar a intimidar as pessoas, tendo o Sr. Fausto respondido, que não tinha dito nada daquilo. Rui Soares respondeu-lhe que se não disse, tinha que ter cuidado com o que diz, porque o que a outra pessoa percebeu foi isso, e nesse mesmo telefonema, pediu a Rui Soares, já que tinha resolvido este problema, que resolvesse também uma dívida ao Sr. José Carvalho, que supostamente ainda existe, e que ele próprio também sabia da situação, e que havendo esta situação por resolver que a deviam resolver. Rui Soares respondeu que sabia que existiam alguns problemas, mas que não sabia se tinham sido resolvidos ou não, e que tinham resolvido algumas situações, até sem documentos, lembrando a questão da monografia que não havendo contratos, nem consultas, nem convites nem nada, disseram que ainda havia esta dívida, que não sabe precisar se eram oito ou nove mil euros, ao Sr. Dr. João Pinho, e que assumiram isso, depois de ter vindo à Assembleia, tendo sido paga. E neste momento, dirige-se a João Pardal e Fernando Morais, até porque o Sr. José Carvalho de Alcarraques, que é serralheiro, está a passar uma fase muito difícil da vida dele por ter um problema oncológico, e porque segundo o que o Sr. Fausto disse, que o Sr. José Carvalho um dia destes quer ir à Junta fazer barulho, e questiona-lhes se se deve alguma coisa ou não. Além do que já disse também ao Sr. Fausto, que tem que haver coragem do anterior Executivo para chegar a uma Assembleia e dizer que por desleixo ou por incompetência, ou fosse porque fosse, que ainda não tinham conseguido resolver o problema. Pois se não resolveram, deviam ter passado essa situação logo no início do nosso mandato, porque se resolvemos uma série delas, também resolvíamos mais uma, não colocando assim em causa o bom nome da Junta de Freguesia, e volta a perguntar se há algum débito com este Senhor ou não. Elsa Ferreira pergunta se não há documentos, e Rui Soares responde que em posse da Junta, não, e que segundo o Sr. Fausto, ele era para faturar, mas que depois não faturou a pedido do anterior Presidente. Fernando Morais intervém e dirigindo-se ao Presidente, responde que a dívida que havia com o Sr. José Carvalho é uma dívida idêntica à do seu Pai e que ele sabia disso, e que esta dívida, foi uma dívida que também se fez para a ADS, que acabou por ficar encravada na Junta. Elsa Ferreira pergunta do que é a dívida, e Fernando Morais responde que foi dos portões para o campo de futebol. Elsa Ferreira pergunta quem é que devia ter pago essa dívida e Fernando Morais responde que era a ADS e que foram eles que mandaram fazer os portões, sendo uma situação semelhante à Fonsofil. Elsa Ferreira responde que é em tudo diferente, porque na Fonsofil tinha a ver com o IVA e aqui não. Elsa Ferreira pergunta se assumem, e Fernando Morais responde que sabem que o Homem trabalhou e não recebeu, mas que não foram eles que mandaram fazer os portões. Elsa Ferreira pergunta então, se na opinião do anterior Executivo e seguindo esta ordem de ideias a Junta não tem que assumir esta dívida. Fernando Morais responde que só se for moralmente, e Elsa Ferreira pergunta porquê, e Fernando Morais responde que era porque o Sr. ia à Junta perguntar quem é que pagava, e que eles respondiam que era a ADS que foi quem mandou fazer, e como a ADS não pagou, ele continuou a ir ter com o antigo Executivo. Elsa Ferreira diz que não a podemos pagar moralmente, se não vinham todos ter connosco e pagávamos sempre moralmente. Fernando Morais responde que por isso mesmo é que não se pagou, tendo ficado assim nesta situação. Rui Soares diz que podem estar a criar aqui um problema gravíssimo ao assumirem isto moralmente, ou a empurrar isto para a ADS, que não deve acontecer, porque isto depois vai chegar à ADS e não vão ficar contentes com a situação, e têm aqui uma oportunidade para assumir ou não. João Pardal pede que Elsa Ferreira o deixe analisar o assunto, pois terá que ser resolvido por articulação entre as partes envolvidas, e Elsa Ferreira responde que sim, que concorda com esta tomada de posição, e que acha que assim é melhor, ficando este assunto encerrado, para já. João Pardal diz ainda que o Presidente tem razão, porque quando começam a interferir outras pessoas a que não lhes diz respeito, dá asneira. Elsa Ferreira volta então ao assunto do Orçamento para sua análise e discussão, passando a palavra ao Presidente, ou a alguém que possa ter alguma questão a colocar. Rui Soares diz que em relação a este assunto não há muito a dizer, e que por algumas razões, as obras de 2015, nomeadamente a dos passeios do INEDS para a Marmeleira, que como já perceberam teve que pegar também nessa pasta, embora a tivesse delegado, e estando agora as coisas a fluir, era uma obra que queria muito acabar em 2016, e que como não será possível, será terminada na primeira semana de Janeiro. Explica que estamos a fazer mais obra do que aquela que estava prevista, conseguindo alargar ainda a estrada para o lado onde o Emanuel tem os camiões, e diz também, que vamos conseguir esgotar a verba, que são cerca de 50 000€, sendo uma coisa que noutras obras não conseguíamos. Passando a explicar que isto de esgotar a verba, é terem cabimentado a obra em 50 000€, e terem-na levado a concurso, tendo havido uma empresa que deu o orçamento de 41 000€ mais IVA, ficando assim, uma folga

de cerca de 7 000€ que não vai ser realizada obra, conseguindo assim utilizar esse dinheiro todo, pensando que a Junta terá que pagar pouca coisa além dos 50 000€, fazendo assim muito mais obra do que a que estava prevista. Deste modo, iremos ter um Orçamento de cerca de 449 000€, porque esta obra ainda vai entrar em 2017, e diz que vamos ter muitas obras no início do ano, porque outra dificuldade que havia desde o início, e tendo dado este elogio na Assembleia Municipal ao GAF (Gabinete de Apoio às Freguesias), onde existem duas Engenheiras e dois Arquitetos que têm que coordenar as obras todas de todo o Município, não sendo tarefa fácil, e que por este motivo têm alguma dificuldade em nos entregar os projetos, que têm que ser pedidos no início do ano, e deviam ser elaborados, executados e pagos nesse ano, o que não se consegue, passando sempre de uns anos para os outros. Informa que como nós já temos alguns projetos executados para 2017, havendo até algumas alterações nas obras, é fácil que tenhamos mais obras a decorrer no início do ano. De maneira que este é um documento previsional, que poderá sofrer alterações, naturalmente, e que em relação ao Orçamento de 2016, se pode dizer que baixámos também nas telecomunicações, porque também anda sempre com o seu número pessoal, estando espelhada a intenção da Junta para 2017, no Orçamento apresentado, e diz que gostava que fosse aprovado por unanimidade, porque são obras para a União de Freguesias. Elsa Ferreira diz que temos a descrição das obras nas páginas 20 e 21 e pergunta se há alguma questão. Olga Monteiro diz que tem uma questão sobre o Pessoal, na página 16, onde se mencionam “Transferências correntes”, no valor de 10 000€, e pergunta para quem são estas transferências correntes. Rui Soares responde que sinceramente não sabe responder, mas que facilmente com um telefonema para o Contabilista, se consegue o esclarecimento. Sabe que existem aqui valores que poderão ser alterados, porque esteve a discutir isto com o Contabilista, nomeadamente o valor para a aquisição do Espaço Cultural. Elsa Ferreira pede para ligar ao Contabilista e diz que isto não deve ter a ver com o Pessoal. Rui Soares diz que seguramente que não, e que possivelmente terá a ver com os apoios às Coletividades. Gerando-se algum burburinho, Elsa Ferreira tenta analisar, e diz a Olga Monteiro que na página 27, as Transferências correntes têm a ver com Instituições sem fins lucrativos, subsídios/famílias, traduzindo-se em apoio às Coletividades. João Pardal intervém e pede para que seja corrigida uma situação no último Mapa, nºs 15 e 16, nos Investimentos e Terrenos, em que o valor do Espaço Cultural aparece como 1 000€ e os 80 000€ aparecem em “Edifícios, instalações e serviços”. Elsa Ferreira diz que não está mal, porque é o valor do Edifício, mas João Pardal diz que depois aparece numa outra rubrica 50 num ano, e 20 ou 30 noutro. Rui Soares, responde que a ideia aqui era ficar de alguma forma expresso, que 30 000 a Junta consegue arranjar. João Pardal diz que no Mapa da página 29 está escrito 80 000, 28 000 e 52 000 e no Mapa da página 32 volta a aparecer o Espaço Cultural, com o valor 1 000, 1 000, 1 000, 1 000, ou seja a mesma rubrica não está designada da mesma forma nos dois Mapas. Elsa Ferreira responde que os Mapas também não são iguais e nem têm que ser, mas o que se pretende esclarecer, é que a Junta orçamentou 30 000 da Junta para o Espaço Cultural, havendo a possibilidade de aquisição se a CMC apoiar com o resto. Elsa Ferreira propõe analisar também o Mapa de Pessoal, para se votarem os dois documentos em conjunto, não fazendo sentido votar os dois em separado. E no fundo, a proposta é de manter dois postos de trabalho, sendo um Assistente Administrativo e um Cantoneiro, não havendo aqui alterações. Desta forma, Elsa Ferreira passa à votação, mas antes disso, Olga Monteiro intervém e pergunta se o que está mencionado na página 21, é sobre o bocadinho que se anda a fazer em S. Martinho do Pinheiro. Rui Soares responde que sim e Olga pergunta se é para ficar assim como está, sem murete, porque a terra está a resvalar. Rui Soares diz que não e passa a explicar, dizendo que já se fez uma correcção em tempo útil e que até foi motivo de um agastamento por parte de alguns Fregueses, que vieram à Assembleia manifestar o seu desagrado, e que foi retirado todo o material que lá estava a prejudicar, reparando que de facto aquilo não tinha mais que 10cm de *tout-venant* por baixo do alcatrão e que por baixo era só terra vegetal, não havendo ali alcatrão que resistisse. Corrigiu-se também a altura das sarjetas, e foram colocados uns “chouriços”, nome que se dá na construção, para drenar a água, ou seja, foi retirado todo o material até ao fundo das manilhas, e encheu-se por cima de manta geotêxtil, com brita e depois com *tout-venant*. Rui Soares diz que ainda assim, foi a primeira fase da obra e que há ali uma questão, e que depois de fazermos tanta coisa, também temos que ter alguma contenção, mas que os camiões já podem passar lá por cima, que não abate, estando a funcionar e não entrando água em casa das pessoas. Explica que quando limpavam pelo lado de dentro da manilha, tiveram que cortar um bocadinho dos terrenos que lá existem, sendo um deles do Horácio e outro de uma Senhora que está em França, que também já o contactou, mas que quando vier em Agosto se haverão de entender. Diz também que esta situação se gerou porque houve alguém a telefonar a dizer que andávamos a fazer um muro na Marmeleira e ali não, explicando que o muro (duas fiadas de blocos) na Marmeleira, era uma situação que já tinha o alinhamento, ou seja, em vez de se colocar o lancil guia, aproveitámos esse dinheiro para fazermos mais

obra em termos de *pavet*, manilhas e alcatrão, porque era uma situação que já estava descrita nos trabalhos contratados. E na Marmeleira já tínhamos o alinhamento, mas para S. Martinho precisamos de um alinhamento da Câmara. E quando a Senhora vier de França, havemos de nos entender em relação ao alinhamento do muro, embora tenham que recuar mais para o podermos fazer, sendo a conversa sempre a mesma, não indo para o outro lado, onde os muros já estão feitos, e agora quem fizer o muro é que tem que se sujeitar às situações, não acreditando que a Câmara vá dar um alinhamento pelo talude que lá está, e se quiserem que se faça lá o muro, terão que ceder mais terreno. Olga Monteiro diz que a Junta é que tem que fazer o muro e não as pessoas. Rui Soares responde que se forem eles, é melhor, mas que a Junta está disponível para conversar e chegar a um entendimento. Olga Monteiro diz que também fizeram o murete ao Senhor da R. do Pinheiro Manso, e Rui Soares responde que esse foi feito sem alinhamento. Olga Monteiro pergunta porque é que então fizeram a esse Senhor e não fizeram a essa Senhora. Rui Soares responde que ainda bem que não fizeram porque agora o prejuízo seria maior. Olga Monteiro diz que talvez não, se tivesse sido bem feito e Rui Soares responde que não, porque tinha que se retirar sempre o material que foi retirado, e que quando a Senhora vier, juntamente com o Sr. Horácio, havemos de chegar a um entendimento, até porque há lá um local em que a água ainda galga para o outro lado, incomodando o Sr. Coelho que também já se manifestou, e onde vamos ter que colocar daquelas manilhas que foram colocadas na Póvoa do Loureiro, com uma abertura por cima, para fazer com que a água fique logo por ali. Finda esta explicação, Elsa Ferreira retoma a votação, tendo esta o resultado de três abstenções de Sara Lindo, João Pardal e Fernando Morais, e cinco votos a favor dos restantes Membros, concluindo que ficam assim votados os Pontos Quatro e Cinco.

Passa-se então ao Ponto Seis (Apresentação, discussão e votação do Regulamento de Taxas e Licenças para o ano 2017). Olga Monteiro diz que aqui também tem que se corrigir a frase no Artigo 16.º, onde diz que "... da Junta de Freguesia.", deverá constar " ... da União das Freguesias." Elsa Ferreira diz que este termo ainda se continua a usar e Rui Soares diz também que nas Finanças está registado como Freguesia de Souselas e Botão, não mencionando a União. Elsa Ferreira diz que não está de todo errado, mas que isso não impede que se corrija e passando ao Regulamento de Taxas e Licenças, pergunta se há alterações. Rui Soares diz que sim, tendo havido necessidade de alterar algumas coisas, em que sendo uma situação que já vinha de trás, se teve que arranjar um meio-termo por causa das diferenças entres as duas Extintas Freguesias, e alterou-se nos "Cemitérios", acrescentado a "Inumação de Cinzas" e a "Inumação de Cinzas (em jazigo) e reduzindo o valor de 160€ para 50€ e 40€, nestas duas situações. Informa que foi retirado o item "colocação de campa ou pedra" no valor de 20€, valor este que nem nunca se cobrou e que nem fazia sentido estar cá. A seguir houve uma alteração substancial referente ao Parque Desportivo, que vinha da Freguesia de Souselas e que como não temos Parque Desportivo para já, resolveu-se retirar e colocar em substituição, um item para os "Equipamentos com Operador". Refere que tínhamos aqui já aprovado o valor de 35€/hora com o trator com o corta silvas e em reunião de Executivo resolvemos passar para 50€/hora, porque como dizia o nosso colega de Assembleia, Fernando Morais, de facto é um equipamento bastante caro e de muita manutenção, fazendo muito trabalho numa hora, acrescentando também o valor de 20€/hora para a roçadora, isto sempre com manobrador, e ainda mais uma situação nova no "Mercado e Feiras", porque tem havido felizmente alguma ocupação das lojas, e tendo passado a existir uma situação nova do Cristo e da Sónia, que nos pediram para fazer de uma delas, armazém, e como não têm gastos de água e luz, não faz sentido estarmos a cobrar o mesmo, propomos 25€/mês, no item "Taxa de ocupação da loja pequena para armazém mês)". Terminadas as propostas de alteração, Elsa Ferreira pergunta se há alguma questão a colocar e Olga Monteiro pergunta se se pode completar a frase no Capítulo III, ponto 4, do Artigo 11.º, ficando da seguinte forma " ... publicitado através de editais, devidamente assinados e autenticados com o selo branco em uso nesta União de Freguesias, afixados nos lugares de estilo e publicado no site da Junta, *ufsouselasbotao.pt*. Elsa Ferreira pergunta ao Executivo se se pode aceitar esta proposta, e Rui Soares responde que sim. Elsa Ferreira diz então que podemos votar já com esta alteração e passa à votação, sendo o resultado uma abstenção de Sara Lindo, e sete votos a favor dos restantes Membros.

Passa-se de imediato ao Ponto Sete (Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão), e a Presidente pergunta ao Público se há intervenções. Sérgio Madeira intervém dizendo que respeitou não entrar em diálogo durante a Assembleia, pedido por isso, que lhe seja permitida a palavra agora. Elsa Ferreira responde que sim, dizendo que iremos proceder à inscrição, sendo a primeira intervenção do Sr. Mário Rui e a seguinte do Sr. Sérgio Madeira e passa a palavra de imediato ao Sr. Mário, que diz que no Ponto Quatro e Cinco houve votação para um documento, e segundo o que disse o Sr. Presidente, esse documento é um documento provisório, perguntando por isso, como é que é possível votar um documento provisório. Elsa Ferreira diz

que responde a esta questão, e diz que sempre que se discute o Orçamento, tem tido sempre o cuidado de dizer que um Orçamento é pura e simplesmente um Mapa em que se prevê aquilo que se vai fazer no próximo ano, e portanto, o estivemos aqui a discutir é uma estimativa daquilo que o Sr. Presidente da Junta estima que vai conseguir desenvolver durante o ano de 2017. E o Orçamento é simplesmente um documento previsional que estima receitas e despesas, mas que podem não se concretizar, e só depois na apresentação de Contas, que será em Abril do próximo ano estaremos cá para avaliar. O Sr. Mário continua a dizer que o Sr. Presidente havia dito que era um documento provisório, e Elsa Ferreira corrige, esclarecendo que o Sr. Presidente disse documento previsional e que era um documento aprovado, e portanto nunca poderia ser provisório. E passa a palavra ao Sr. Sérgio Madeira pedindo-lhe que seja breve. Sérgio Madeira pergunta se é para responder à D. Olga, ou também para a questão que tinha falado com a Presidente. Elsa Ferreira diz que é para o que entender e esclarece a Mesa, que decorre da Lei, que qualquer um dos Membros da Assembleia e do Executivo, tem direito a intervir neste Ponto como Freguês e não como Membro da Assembleia.

Sérgio Madeira começa então por dizer que respeitou não entrar em diálogo com a Olga e que estava aqui hoje para tomar uma decisão definitiva sobre determinado assunto, mas que não o vai fazer, e dirigindo-se à boca que Olga lhe mandou, sugere-lhe que leia o comunicado que foi emitido pelo Presidente, que leia as Atas da Assembleia onde este assunto foi discutido e que conheça a lei sobre as funções do Secretário, pois conhecendo tudo isto, e pode discutir ponto a ponto se quiser, pode verificar que nada do que disse está dentro disto. Olga responde que não foi boca nenhuma e que sabe que continua a receber da Junta e não aparece na Junta, e que se fosse ela a estar na Junta, ignorava o comunicado do Sr. Presidente, porque estava a receber dinheiro do Povo. Sérgio Madeira diz que sobre esse ponto está à vontade e que não está a cometer nenhuma ilegalidade. Elsa Ferreira diz que passamos à frente, e Sérgio Madeira diz que é uma pena a Ata não ter sido lida, porque grande parte da situação se prende com o que foi dito na Assembleia de 20 de Outubro, e como não há Ata para o comprovar, quer chamar à atenção de que o Sr. Presidente disse não confiar nele, e que o Secretário andava a arranjar argumentos para o lixar, e em relação a isto, esclarece que nunca andou a arranjar argumentos para o lixar, mas teve foi que se defender de coisas, para caso alguma coisa corresse mal, porque o avisou várias vezes verbalmente e por escrito da responsabilidade civil e criminal a que estamos sujeitos, e que a responsabilidade não acaba no fim do mandato, mas ele fez tábua rasa dos avisos, e não olhou a meios para atingir os fins, dando o exemplo de em 21 de Fevereiro de 2014, fora do horário normal do expediente da Junta sem o conhecimento do Executivo e utilizando o nome do Secretário sem o seu consentimento, o Presidente passou a alguém, uma Declaração em nome de um cidadão desconhecido, não residente na Freguesia, de origem árabe, para que este obtivesse o visto de entrada em Portugal. E quando se apercebeu desta situação, e em face dos documentos escritos e desta declaração, passados pela Junta e que desconhecia, com intenção de fazer negócios na Freguesia e ajudar Instituições de solidariedade social e Escolas, confrontou-o e exigiu uma Declaração de Responsabilidade. Ainda nessa Ata, o Presidente disse que o Evento dos Idosos de 2015 e que o Secretário organizou, foi faturado a 6% que ele tinha cometido uma ilegalidade, que é mais uma mentira. E diz que respondeu na altura que foi feito o procedimento correto e acrescenta agora que foram convidados cinco prestadores de serviços, respondendo quatro e foi decidido por unanimidade pelo Executivo, foi adjudicado e existe um *dossier* na Junta completo, ao invés do almoço dos Combatentes de 2015, que foi da total responsabilidade do Presidente, perguntando qual o procedimento, e quantos prestadores de serviços foram convidados, quantos almoços foram servidos e quantos foram pagos. Sérgio Madeira diz que o Presidente também disse, que o Secretário não tinha feito o procedimento da estrutura das tendas, e que respondeu na altura e vai repetir que a obra foi feita primeiro, e depois de ter sido avisado pediu-lhe para fazer o procedimento, ao qual respondeu que o faria conforme os elementos que o Presidente lhe desse. Refere também, que a seguir, o Presidente disse que as respostas do Secretário às questões levantadas na Assembleia Extraordinária eram um rol de mentiras, e desafia-o a provar onde estão as mentiras, e acrescenta mais, dizendo que relativamente aos abatimentos das lombas da Zouparria e Sargento-mor, o Presidente justificou-se com o fornecedor, e que aproveitou o betuminoso, e como não chegou teve que comprar mais, o que é mais uma mentira e diz que o pode provar, a verdade é que mexeu no empreiteiro e prejudicou a Freguesia, e a título de exemplo, existe um processo na Junta completo com todas as medições, e em betuminoso o que lá está medido e colocado são 2,5 toneladas, e aquilo que o prestador de serviço facturou, foram 7 toneladas, que foi pago. A verdade é que foi beneficiado o empreiteiro e prejudicada a Freguesia, e sobre a obra da Capela da Zouparria, o Presidente disse que o empreiteiro pôs mais pó de pedra e fazendo um remendo em betuminoso, o que é mais uma mentira, porque a verdade é que mais uma vez mexeu no empreiteiro e prejudicou a Freguesia, e altura do pó de pedra que estava prevista eram

10cm, e não tem lá mais, e diz que ainda que tivesse, não substitui o *tout-venat* que tem uma função totalmente diferente, tendo sido pago àquele empreiteiro, trabalho que não foi feito. Refere que o Presidente disse também, que a responsabilidade era da CMC, e que a CMC beneficiou o empreiteiro e prejudicou a Freguesia, sendo esta afirmação grave, por estar a culpabilizar a Engenheira da Câmara de Coimbra, quando a responsabilidade é toda dele. Sobre os insufláveis, o Presidente justificou que o trabalho foi feito pela Maria João, tendo sido o Presidente a citar este nome, mas como não passava faturas, a diferença é o valor do IVA, sendo isto também grave, porque significa que o valor cobrado pela Maria João foi de 700€, que é nem mais nem menos que o dobro de 2014 e 2016, e que aliás, o Tesoureiro não queria pagar este valor, dizendo até na altura que o trabalho nem teve mais qualidade, e espera que a Maria João tenha passado efetivamente um recibo de 700€. Sobre as Contas, o Presidente também justificou que as diferenças nas Contas eram por causa da troca de subcontas, e afirma que isto é patético, porque podem-se trocar as subcontas, mas o resultado será sempre o mesmo, e a verdade é que o resultado final apresentava diferenças.

Diz também que o Presidente nunca respondeu para fundamentar as acusações que faz no comunicado, aquilo que disse nos jornais e disse às pessoas na Marmeleira. Diz que também não respondeu sobre o atendimento em Souselas, e a verdade é que está aqui comprovada com factos e documentos, e cita um pensamento que a Elsa Ferreira lhe enviou acerca de três anos, que é o seguinte, “entre um governo que governa mal e um povo que o admite há um culpado e uma vergonhosa cumplicidade”. E acrescenta outro que diz que “para que o mal triunfe, basta apenas que as pessoas boas não façam nada” e dirige-se à Mesa, dizendo que os Senhores autarcas representam um Povo, que por aceitarem livremente as responsabilidades que a Lei e os Regimentos deram, não se podem esconder atrás do desconhecimento dos factos e refugiar-se no silêncio, sob pena de traírem a confiança das pessoas que nos elegeram e contribuir com o seu afastamento das eleições e aniquilar a maior conquista de Abril, que é a liberdade de se poder manifestar. E foi em liberdade e em consciência que no Relatório de Contas de 2015, que exerceu o direito justificado de não votar a favor, e cuja justificação foi respondida. Sérgio Madeira diz que terminou, e que como disse à Presidente da Assembleia, por sua iniciativa, esta foi a última intervenção que fez sobre a situação. Acrescenta que tem os factos e as provas e que já disse o que tinha a dizer sobre este assunto, e volta ao início, dizendo que perante a Lei e em relação ao que está escrito no comunicado e nas Atas, não cometeu nenhuma ilegalidade acerca do dinheiro que está a receber, esperando que a Olga se debruce sobre estas coisas e que quando estiver preparada se discuta este assunto ponto a ponto. Olga responde que não tem provas nem factos, e Sérgio responde que tem tudo. Olga Monteiro justifica que só se for levantar o betuminoso e medir o pó. Elsa Ferreira diz que não há diálogo e terminada a intervenção de Sérgio Madeira, passa a palavra a Henrique Farelo, que diz que também gostaria de dizer algo também sobre isso, mas que não vai ler nada, não vai escrever nada, que poderia ter escrito, porque ainda escreveu, mas o que quer dizer é à Assembleia, ao Executivo, não sendo directamente para ninguém. Mas que ao ouvir tanta vez a mesma coisa, que duvida que na próxima Assembleia não voltemos a ouvir mais um testamento, há determinadas expressões e verbalizações que custam a ouvir, tal como ouvir dizer que foi enganado, quando se engana todo o resto do grupo por onde começámos, custam ouvir as chamadas difamações, custa ouvir que estava enganado a respeito e um e a respeito de outro, não se apercebendo que ele próprio enganou todo o resto, custa ouvir que não se vai a reuniões do Executivo porque não sabe a hora, mas quando está nesse mesmo Executivo, só não aparece nas reuniões, e essas mesmas reuniões eram a diferentes horas. E da análise que faz de tudo o que conhece, foi uma estratégia de arranjar documentações e tudo e mais alguma coisa, para difamar, e quando se chega ao ponto de dizer que continua no Executivo, e de dizer que quanto menos se cruzar com o Presidente melhor, não sabe como é que é possível fazer parte desse mesmo Executivo, e só com essa expressão, na sua ótica, está-se a excluir automaticamente desse Executivo. E de uma coisa tem a certeza; que quem tão desconfiado é, tendo-o demonstrado desde o princípio, não pode dar muita confiança a ninguém. E diz ainda, que dá os parabéns ao Executivo, porque, e é verdade que se pôs o Sr. Secretário num pedestal, e que demos aqui em algumas Assembleias, a impressão que o Executivo era o Sr. Secretário e mais dois, mas a verdade é que o Sr. Secretário saiu e o Executivo continuou a mostrar obra, e ela está aí e pode-se ver, o que demonstra que o Sr. Secretário tem a importância que tem, e que nem são precisos três, porque dois fazem o mesmo trabalho, não retirando o trabalho que ele teve, porque o teve, mas deitou-o todo a perder com as acções que foi praticando e que continua a praticar, porque nós aqui vamos ouvindo e é preciso ter já alguma paciência, faltando-lhe pessoalmente alguma para ouvir sempre a mesma coisa. Repete que não escreveu e o que está a sair está a sair de improviso, tendo ainda muito mais a dizer. E porque é de improviso, lembrou-se de mais uma coisa, e diz que numa determinada altura o Sr. Secretário falava muito na equidade, e não

tinha melhor altura para aplicar essa equidade como agora, pois cada vez que recebesse uma mensalidade, podia doá-la à vez, às Coletividades, porque pelo que se vê, está a receber dinheiro sem estar a trabalhar e sem fazer o trabalho que os outros continuam a fazer. E termina dizendo que era isto que queria dizer, pois tem vindo a encher e coo diz, neste mundo tudo se paga com um preço, não havendo nada que não tenha um preço, e aceita o preço pelo qual o Secretário se vendeu e que nesse aspeto concorda com ele. Sérgio Madeira diz que pretende dizer uma coisa muito rápida e Elsa Ferreira diz para ter calma, porque tem outros pedidos de palavra, passando-a a Rui Soares, que diz que só tem que agradecer, e que de facto os tempos têm sido difíceis, mas nós estamos cá para isso, não fosse ele um Pirisca, de quem tem um orgulho enorme, e quando é preciso tomar decisões está cá. E como nós precisávamos de um Presidente e não de um faz de conta, só tem que agradecer a quem está consigo de corpo e alma e faz um elogio à Leónia pelo facto de ter assumido a feitura das Atas, que altura até sugeriu à Elsa outra pessoa que seria o indicado, porque ao menos já não tinha tempo para outras coisas, porque de facto isto rouba muito tempo e faz também um apelo, porque hoje disseram-se coisas importantes, e que às vezes se está aqui a moer e a embrulhar, e depois quando ela está a fazer as Atas, dá-lhe uma trabalhadeira, e por isso o gravador é importante, porque assim ninguém dá o dito pelo não dito. E agradece também à sua lista e às pessoas que estiveram e estão com ele, porque se não estivessem também já não estava aqui, porque nunca forçou a sua ida para lado nenhum, mas também não gosta de ser empurrado, e agradece à Elsa, ao Farelo, ao Tino, à Olga e ao Miguel, com quem tem trabalhado em conjunto, e o trabalho tem sido feito e bem. Agradece também à São Ferreira que tem sido cinco estrelas e aproveita para dizer que faltou a outra reunião da Comissão Social de Freguesia, porque temos que ter prioridades, mas que delegou e muito bem, na São e a reunião fez-se na mesma. E nem sendo isto que tinha para dizer, acaba a sua intervenção agradecendo a toda a gente que está de boa fé, sem jogadas e artimanhas, e que está pelo bem da Freguesia.

Elsa Ferreira passa a palavra a Miguel Monteiro, que cumprimenta todos os presentes, e diz que só tem duas questões a colocar, sendo uma ao antigo Executivo da Junta de Freguesia de Souselas, que como todos sabem editou uma obra, uma monografia que foi feita pelo Dr. João Pinho, e pergunta qual a relação que existe entre o anterior Presidente de Junta e o Dr. João Pinho, e outra questão, tem a ver com o facto, e porque o Sr. Secretário tem ali um elenco tão grande de apontamentos, quer deixar um apelo à Presidente da Assembleia, não estando a acusar, nem a dizer que a verdade é esta ou aquela, mas falando relativamente ao meio tempo do Sr. Secretário, que esteve não sei quantos meses em meio tempo e decorre da lei, que em meio tempo tem que cumprir x horas ao serviço da Junta, e não tendo cumprido essas horas, terá que restituir o valor, que é a diferença entre o meio tempo e o regime de não permanência, e gostaria então, que fosse averiguado se o Sr. Secretário cumpriu esse meio tempo. E acrescenta dizendo que se o atual Presidente e o Tesoureiro tivessem a personalidade que certas pessoas têm, também viríamos aqui para a Assembleia contar certas estórias que se passaram, mas acha que não o devem fazer, por uma questão de ética profissional e por estarem numa equipa, porque e falando no geral, diz que já esteve em equipas de trabalho em que colegas eram acusados de assédio sexual e outras coisas mais, que é muito grave, mas como eram colegas, a coisa ficava por ali, mas no entanto, termina dizendo que este Executivo é diferente. Elsa Ferreira pergunta a João Pardal se pretende dizer alguma coisa, ao qual este responde que não e Sérgio Madeira diz que acha bem que se apure esta questão do meio tempo, e que ficava muito contente se o fizessem, porque o trabalho que desenvolveu na Junta em dois anos e meio, está à vista de toda a gente, e apela à Presidente para que avance com isto.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu como encerrada a Assembleia pelas vinte e três horas e trinta e três minutos.

Foi elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

Botão, 28 de Dezembro de 2016

Leonia Marina Nogueira Forte

